

Artigo



A UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO

Fabiana Pina*

Resumo:

O presente artigo procura refletir sobre a relação, distante (ou não), entre a universidade e o mundo do trabalho. Através da utilização do Acordo MEC-USAID, pretendemos pensar o início da ação mais efetiva do governo no sentido de proclamar um discurso no qual ligava a universidade à obtenção do emprego, e as futuras conseqüências desta busca pelo ensino superior como um trampolim para alcançar algo necessário na vida de todos.

Palavras-chave: trabalho, Acordo MEC-USAID, universidade.

Abstract:

This article aims to reflect on the relationship, distant (or not) between the university and the world of work. Through the use of the MEC-USAID want to think about the beginning of the most effective action the government to proclaim a speech in which telephoned the university to obtain employment, and future consequences of this quest for higher education as a springboard to achieve something necessary in everybody's life.

Keywords: work, Agreement MEC-USAID, university.

A partir dos anos 1930, grande parcela da população, principalmente os pertencentes à classe média, passou a ver na educação escolar um meio para a ascensão financeira e social. Esta idéia foi fomentada por atitudes de governos

* Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista e mestranda na mesma.

(posteriores) que condiziam com este pensamento. No livro de Luiz Osiris da Silva “*O que são Reformas de Base*” ele escreveu o seguinte: “Torna-se, por fim, indispensável uma maior aproximação entre os estudantes e o centro de produção, a fim de que ele ganhe desde a fase escolar a vivência dos problemas práticos, de modo a que não saia da Universidade apenas cheio de teorias e sem condições de prestar desde logo os serviços que a sociedade lhe exige”. (SILVA, 1963, p. 59). Dentro deste contexto, a procura pelo ensino, principalmente o superior e o ensino técnico, aumentou ao longo dos anos, como não poderia ser diferente, e a defasagem entre a preparação universitária e a oferta de empregos tornou-se ainda mais nítida.

(...) a partir de 1930, a expansão do ensino acabou por acentuar a defasagem entre educação e desenvolvimento, por causa do ritmo e da caracterização da expansão da demanda e, ainda, por causa de fatores de ordem política e econômica. Isso se exprimiu, de um lado, pela falta de oportunidades educativas (defasagem quantitativa) e, de outro, por um desequilíbrio entre os produtos acabados fornecidos pela escola e as necessidades econômicas de qualificação de recursos humanos (defasagem estrutural). (ROMANELLI, 1986, p. 29).

O aumento da demanda pelas poucas vagas que a universidade tinha a oferecer causou (e ainda causa) grandes problemas para toda a população. A partir de 1964, com o governo que se instaura, se intensificaram as manifestações estudantis devido à precária situação do ensino. Estas se tornaram extremamente incômodas para o governo. Com a finalidade de buscar melhorias para o ensino superior, de alcançar o tão almejado desenvolvimento e a modernização, e também como forma de conter as constantes manifestações dos estudantes contra o governo, este assinou acordos com os Estados Unidos. Entre estes acordos, encontramos o Acordo MEC-USAID, que será objeto de nossa análise.

Antes mesmo de analisarmos esse acordo é preciso mencionar um importante Instituto que teve grande influência neste período, junto ao governo, no que diz respeito às questões referentes à educação, o IPES (Instituto de

Pesquisa e Estudos Sociais). O IPES era um instituto formado basicamente por empresários que teve, durante um período considerável (mesmo antes de o governo militar), forte influência sobre as atitudes governamentais referentes à educação do país.

Para Arantes, neste período (anos 60), havia duas posições referentes ao ensino superior. A primeira “nucleavam e fundamentavam as alterações na preservação e no aprimoramento do homem enquanto beneficiário do progresso científico - cultural”. A segunda, “dos que pretendiam transformar o ser humano em eficiente instrumento do progresso científico-cultural (desenvolvimentismo)”. (ARANTES, 1985, p. 28). Para muitos, o acordo MEC-USAID e as propostas do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) estavam inseridos nos pensadores desta segunda linha apresentada.

Como Souza escreveu no livro “Os empresários e a educação. O IPES e a política educacional após 1964”, a educação se transformava em fator essencial de justiça social, (a obtenção de um emprego); “O núcleo dessas idéias é a crença de que à educação cabe um papel de facilitar a redistribuição da renda, aperfeiçoamento a força de trabalho, fazendo o homem render mais, e conseqüentemente, elevando seu nível salarial”.

O IPES propunha a racionalização das atividades universitárias, para lhes conferir maior eficiência e produtividade. Era o início da transformação da universidade ligada a um centro de preparação técnico-profissional. Todas estas questões até então apresentadas e algumas considerações presentes no acordo que iremos examinar estão inseridas em um contexto histórico em que os países, e neste caso em especial, o Brasil, buscavam a aceleração do desenvolvimento econômico. Assim, a política educacional após 1964 ajustava-se aos fins definidos pela política global que era a aceleração do desenvolvimento econômico. Por isso, não podemos desenvolver este trabalho sem compreendê-lo em uma ação, ou melhor, um objetivo que não era restrito ao Brasil, mas era o da maioria dos países subdesenvolvidos. Para a autora do livro, as ações do IPES possuíam ainda outras características que devem ser mencionadas. Para ela, o IPES

possuía uma visão elitista, partidária e ideológica do mérito escolar, pois pregavam a subordinação do ensino aos interesses da economia e defendiam o modelo norte-americano de participação conjunta de elementos da universidade e do “mundo-econômico social”.

No dia dez de outubro de 1964, em um discurso pronunciado no V Fórum Universitário, com a presença do então presidente, o militar Castelo Branco, o professor norte-americano Frank Tiller anunciou que o progresso norte-americano deveria ser atribuído primeiramente ao magnífico esforço realizado no campo da educação e da pesquisa científica. Para ele, era necessário um preparo dos mestres, o seu aperfeiçoamento e os investimentos deveriam ser prioritários para o ensino superior, porque seria este o local onde mais depressa influenciaria e acresceria a produtividade e liberaria o capital investido.

A efetivação dos Acordos MEC-USAID encontram-se no interior dessas considerações. De fato, eles só foram assinados porque parcela dos brasileiros realmente acreditava que seguindo o modelo norte-americano se alcançaria o desenvolvimento deste. De acordo com Poerner, podemos resumir a política educacional do governo de Castelo Branco como marcada pela repressão policial-militar, o início do desmantelamento do movimento estudantil e a interferência norte-americana. Para esse autor, a tese “do que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” continuava a prevalecer.

Já para Motoyama, o período aqui apresentado compreendia a ciência como uma “força produtiva que deveria ser estimulada para atender aos reclamos da economia” (MOTOYAMA, 2004, p. 308).

Ao longo de quatro anos (1964-1966), foram assinados 12 acordos com a USAID. Alguns deles, é verdade, eram apenas revisões de anteriores. Mas, apesar da maioria deles ser referente ao sistema educacional brasileiro, outros foram feitos com objetivos diferentes deste. É o caso do de maio de 1966, feito com o Ministério da Agricultura para o treinamento de técnicos rurais, que ficou conhecido como CONTAP-USAID.

O acordo que pretendemos examinar é o que ficou conhecido como Acordo MEC-USAID, de 30 de junho de 1966, de “Assessoria para a Modernização da Administração Universitária”. Ele foi revisto 10 meses depois, passando a ser denominado Acordo MEC-USAID de “Assessoria do planejamento do Ensino Superior”.

A relação entre a efetivação deste acordo e de estudos anteriores como o do professor Rodolph Atcon são inegáveis. Em 1965, Atcon realizou um estudo sistematizado da situação das universidades brasileiras a pedido do então diretor do ensino superior do ministério da educação e cultura, Raymundo Monis de Aragão, que teve o seguinte nome: “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”. De acordo com Cunha, citando o próprio Atcon, “(...) para que a reformulação ocorresse a universidade deveria se libertar de todas as malhas do estado, ter autonomia plena para se desenvolver enquanto empresa privada” (CUNHA, 1988, p. 139).

No relatório, seu autor defendia o planejamento do sistema educacional voltado às necessidades do mercado. Para tanto, a universidade teria que seguir os seguintes objetivos: primeiramente educação e treinamento profissional, educação e treinamento não especializado, aperfeiçoamento e treinamento especializado, pesquisa científica e cursos de especialização, extensão universitária e educação superior geral. “A universidade deveria, sobretudo, ser uma prestadora de serviços à sociedade, evidente que tais serviços proporcionariam algum retorno econômico” (SANTOS, 2005, p. 138-139).

Em resumo, as propostas de Atcon para a reorganização administrativa e institucional das universidades brasileiras consistiam nos seguintes pontos: departamentalização, organização e maximização dos espaços dos “campi” universitários, contratação de administradores formados em empresas para gerir os negócios acadêmicos, criação de um centro universitário de estudos gerais que congregaria departamentos de áreas afins, ampliação e consolidação da autonomia universitária, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle institucional interno às universidades; implantação de tempo integral para

professores e alunos, implantação de um plano de carreira para os professores e a criação de uma conselho de reitores das universidades brasileiras. Seria necessário, primeiramente, desvincular o pessoal docente e administrativos dos cânones do serviço público; a universidade deveria fazer sua reforma administrativa, entendida como a implantação de uma administração central, baseado nos princípios da eficiência da empresa privada e não nos moldes da estagnação centralizado do serviço público, porque, para ele, uma universidade autônoma seria uma grande empresa, e não uma repartição pública. “A primeira medida nesta direção seria a adoção do principio taylorista escolar, a concepção da execução. “Os órgãos encarregados de traçar a política da universidade deveriam estar completamente separados daqueles encarregados de executá-la” (CUNHA, 1988, p. 208).

Ainda neste mesmo livro, Cunha considera que a USAID realizou um diagnóstico do ensino superior, o qual revelou que possuímos um ensino superior inadequado em termos qualitativos e quantitativos: “As instituições de ensino superior existentes estavam, com poucas exceções, desintonizadas com a moderna sociedade brasileira, neste sentido, o programa da USAID para o ensino superior deveria ter como objetivo maior o desenvolvimento da mão-de-obra especializada brasileira mais do que a produção industrial ou agrícola” (CUNHA, 1988, p. 170).

Em relação ao Acordo MEC-USAID, Ted Goertzel, na revista *Civilização Brasileira*, no artigo “*MEC-USAID: Ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira*”, escreveu que o livro base dos planejadores norte-americanos era um estudo chamado: “*Educação, Força-humana e Progresso Econômico*” de Frederico Harbison e Chalés Muers. Para eles a educação superior era parte e parcela do processo de desenvolvimento econômico e nela estava a força necessária e capaz para o aumento das indústrias. A concepção geral de progresso defendida por eles era o empresarialismo. Tinham como objetivo o treinamento para carreiras específicas em vez do desenvolvimento das forças intelectuais gerais.

Para estes planejadores, o desenvolvimento econômico era mais lento em alguns países devido à falta de força humana tecnicamente treinada, por isso os países subdesenvolvidos deveriam investir nas ciências que contribuiriam neste sentido. Para Goertzel, o acordo MEC-USAID pretendia formar técnicos que atuariam em setores da sociedade e não na sociedade.

Para Fazenda, no período aqui apresentado “a situação da escola, cuja principal função deveria ser a formação de consciências, foi transformada para atuar preferencialmente no campo da produção econômica-formação de mão-de-obra” (FAZENDA, 1984, p. 22) “Poderíamos dizer, citando Nelson Rodrigues, que nesse período a escola foi esvaziada de suas funções no campo da ideologia e ganhou funções renovadas no campo da economia” (FAZENDA, 1984, p. 72-73). Em poucas palavras, para Fazenda, a partir da segunda metade da década de 60, ostensivamente, a política educacional brasileira centrou-se na “formação do operário e não do cidadão”.

Para Romanelli, o problema era ainda mais sólido e não estava restrito apenas a este período:

A nosso ver, enquanto a modernização econômica implicar, como é o caso brasileiro, intensificação da importação tecnológica, a escola não será chamada a desempenhar papel de relevo, a não ser num dos setores básicos da expansão econômica: o treinamento e qualificação de mão-de-obra. O outro papel, aliás, o mais importante, que é o da formação de pesquisadores e desenvolvimento da pesquisa aplicada, continuará na penumbra, relegado a plano secundário (ROMANELLI, 1986, p. 55-56).

Apesar de todas as críticas referentes ao desenvolvimento das pesquisas (mencionado anteriormente), o Acordo MEC-USAID e mesmo o relatório do professor Atcon haviam apontado a necessidade da eficiência neste setor em suas considerações sobre o ensino superior brasileiro.

Não podemos deixar de mencionar o contexto histórico internacional, no período em que o Acordo foi efetivado. De acordo com a tese de Santos, “O pano de fundo da contribuição técnica para o ensino superior se transformar

em prioridade da USAID foi o conflito EUA versus URSS, pois a chave para que o Brasil permanecesse uma sociedade livre e um país amigo próximo dos EUA estava no ensino superior” (SANTOS, 2005, p. 117).

De acordo com Boris Fausto, no início da ditadura militar, o Brasil estava em péssimas condições econômicas e, por isso, recebia apoio dos EUA que não queriam que o país, a exemplo de Cuba, se tornasse comunista. Para Solange, o “auxílio dos EUA para países subdesenvolvidos se deu devido à falta de dinheiro que estes tinham para conseguir consumir os produtos norte-americanos”. A mesma autora definiu a USAID como “Agência norte-americana para o desenvolvimento Internacional, agência bilateral responsável pelas reações estabelecidas entre os EUA e os países periféricos, que contribuiu decisivamente na ordenação, regulação e concretização de parte da retórica da aliança para o progresso, construindo as decisões enquanto às doações e empréstimos em favor dos países periféricos e realizando um novo ajuste entre os países capitalistas”.

Em relação a essa questão, prossegue na página 40, afirmando: “é importante destacar que além das estratégias de persuasão cultura, constituidoras da ideologia que afirmava que o desenvolvimento econômico dos países periféricos, no caso da América Latina, inevitavelmente ocorria pela adoção dos modelos econômicos e sociais modernos dos países centrais, especialmente dos EUA”. Assim, o acordo, MEC-USAID e, principalmente, a atuação da USAID não somente no Brasil, mas em todos os países periféricos, podem ser compreendidos como uma ação dos EUA para garantir a vigência do sistema capitalista nestes países e transferir para estes as concepções e a organização social, política e econômica que prevalecia nos Estados Unidos.

No entanto, as intenções de mudar o ensino universitário brasileiro não estavam restritas aos norte-americanos. As justificativas do governo para a efetivação do acordo no Brasil estavam pautadas, entre outros motivos, na necessidade da melhoria deste, e da precária oferta de vagas, como já dito, incompatíveis com a procura, e a busca pela modernização do país em direção

a um objetivo maior que era alcançarmos o patamar de país desenvolvido e moderno. Por isso, o seguinte trecho do livro de Cunha torna-se indispensável:

A tese pode ser resumida assim: a concepção da universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pelos Estados Unidos com a conivência da burocracia da ditadura, mas antes de tudo, foi buscada desde fins da década de 40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente os primeiros, como um imperativo da modernização e, até mesmo da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear as suas idéias (CUNHA, 1988, p. 22).

As ligações feitas entre o acordo MEC-USAID e o governo dos anos 60 (pensando de forma mais abrangente), em relação à política educacional, principalmente universitária, e a qualificação da mão-de-obra são efetivas. Entre os objetivos, queriam alcançar o posto tão almejado de país desenvolvido e moderno. Na medida em que o Brasil é um país capitalista, nada mais óbvio do que a organização norte-americana constituir o modelo das reformas.

Para Romanelli, o acordo MEC-USAID lançou as bases da organização do nosso sistema educacional. Considerando esta colocação e todas as reflexões até então apresentadas sobre um período consideravelmente recente da nossa história, cabe refletirmos acerca da relação do nosso sistema universitário com o mundo do trabalho em nossos dias.

Pensarmos que uma pessoa procura o ensino superior visando principalmente e exclusivamente uma concepção de vida e uma ideologia não condiz com a nossa realidade, por motivos diversos. Queiramos ou não, a maioria dos estudantes que entram hoje nas universidades através do vestibular quer, ao final do curso, estar preparado para adquirir um bom emprego. Assim cabe respondermos, apesar da universidade brasileira ter seguido parte dos caminhos traçados por estes acordos e por ações deste governo que foram examinados neste trabalho, se a universidade brasileira forma, atualmente, os cidadãos para atuarem de forma eficaz na carreira que pretendem seguir.

Em hipótese alguma pensamos que a Universidade deva restringir as suas funções a formar “pessoas para trabalhar”. Entretanto, julgamos que, tendo em vista que a maioria dos alunos que ingressam na universidade possui isso como meta, cabe à universidade prepará-los para alcançarem seu sonho de forma eficaz. Além disso, e juntamente com esta função, transmitir-lhes o que podem fazer por meio da sua carreira. Isso, acreditamos, será algo benéfico para toda a sociedade. Mesmo que seja ideologia, entrelaçada pela realidade, é o que todos nós precisamos, de graduados capazes de exercerem a sua função pensando também nas necessidades da sociedade.

Não podemos deixar de citar um outro problema que com certeza já passou pela cabeça de todos os leitores deste artigo: o mercado de trabalho restrito. Realmente, existem bons profissionais com poucas oportunidades. No entanto, por questões diversas, não poderemos desenvolver esta reflexão neste artigo, que ficou restrito à questão da ligação da universidade com a formação da mão-de-obra.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira*. MEC diretoria do ensino superior. Rio de Janeiro, 1966.

ARANTES, Ivani Catarina. *Educação no Brasil anos 60. O*

pacto do silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Luiz Osiris. *O que são as reformas de bases?*. São Paulo: Fulgor, 1963.

Ministério da educação cultura/ Diretoria do ensino superior. *A Universidade e a Revolução Nacional*. São Paulo, 1964.

SOUZA, Maria Inês. *Os empresários e a educação. O IPES e a política educacional de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

POENER, *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos anos 60 utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1998.

MOTOYAMA, Shozo. “1964-1985: Sob o signo do desenvolvimentismo”. In: MOTOYAMA, Shozo; QUEIROZ, Francisco Assis de e VAGAS, Milton. *Prelúdio para uma história Ciência e Tecnológica no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 317-387.

GOUTZEE, Ted. “MEC-USAID: Ideologia de desenvolvimento

americano aplicada à educação superior brasileira”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, VIII, n. 14, p.123-137, jul.1967.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1986.